

# Serviço Social e violência doméstica contra mulheres: desafios do trabalho profissional em Teófilo Otoni – Minas Gerais<sup>1</sup>

Juliana Lemes da Cruz<sup>2</sup>

## Resumo

O estudo analisa o Serviço Social a partir das concepções e tendências do trabalho profissional associado às relações de gênero. Objetiva problematizar os desafios à intervenção das (os) assistentes sociais frente às expressões do fenômeno da violência doméstica contra as mulheres. Metodologicamente, recorreu-se à análise de relatórios produzidos pela equipe do Projeto Mulher Livre de Violência executado por policiais militares de Minas Gerais, entre os anos 2016 e 2018, além de referenciais fundamentados na ótica feminista marxista, que evidenciam em seus resultados, o quanto a tríade patriarcado-racismo-capitalismo impõe limites ao trabalho profissional do Serviço Social no enfrentamento dessa modalidade violenta.

## Palavras chave

Serviço Social; Violência. Mulheres; Política Social

## Social Work and domestic violence against women: challenges of professional work in Teófilo Otoni – Minas Gerais

## Abstract

The study analyzes Social Work from the conceptions and tendencies of professional work associated with gender relations. It aims to problematize the challenges to the intervention of social workers in face of the expressions of the phenomenon of domestic violence against women. Methodologically, we resorted to the analysis of reports produced by the Project Woman Free of Violence project executed by military police of Minas Gerais, between the years 2016 and 2018, in addition to references based on the Marxist feminist view, which show in its results, how The patriarchy-racism-capitalism triad imposes limits on the professional work of Social Work in confronting this violent modality.

## Keywords

Social Work; Violence; Women. Social policy

Artigo recebido em novembro de 2019

Artigo aceito em dezembro de 2019

## Introdução

Este texto resultou dos estudos sobre o Serviço Social, Trabalho e Política Social no contexto brasileiro, associado à dimensão de gênero e violência doméstica contra as mulheres. O objetivo do estudo foi problematizar os desafios à intervenção das (os) assistentes sociais frente ao fenômeno da violência doméstica contra as mulheres, que surge como questão social determinada pelas relações conflituosas de gênero.

Ao ser formulado, o presente artigo teve como ponto de partida as inquietações relacionadas à experiência profissional dessa que registra tais informações, que, a despeito da condição de *sujeito implicado*<sup>3</sup>, compreende a relevância da análise dos documentos produzidos em razão da atuação enquanto policial militar com formação em Serviço Social, à frente do Projeto Mulher Livre de Violência (MLV), executado pelo serviço da Patrulha de Prevenção à Violência doméstica (PPVD) da Polícia Militar de Minas Gerais em parceria com outros órgãos. Sob o olhar de quem atua nas expressões do referido fenômeno e interage cotidianamente com outras (os) assistentes sociais, foi que as reflexões à diante tomaram forma.

O estudo mostra-se relevante por permitir reflexões sobre o trabalho profissional a partir de base documental diversa do campo da assistência social, incentivando o (a) leitor(a) a pensar o Serviço Social como espaço privilegiado de atuação no sentido da prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres, resultante das assimetrias de gênero, raça e classe. Tal espaço oferece pistas capazes de colaborar com os estudos e a qualificação das intervenções associadas à luta pela emancipação das mulheres, que segundo Cisne (2018), atrela-se à luta pela emancipação humana, direção do Projeto ético-político do Serviço Social.

Metodologicamente, recorreu-se à análise documental, bem como, à utilização de referenciais que subsidiassem as reflexões sobre o Serviço Social e os desafios do trabalho profissional diante do fenômeno

da violência doméstica contra as mulheres. Dentre eles, contribuições dos estudos de: Hildete Pereira de Melo e Débora Thomé (2018), Heleieth Saffioti (1987; 1995; 2004), Joan Scott (1995), Mirla Cisne (2015; 2018) e Raquel Raichelis (2011).

Foram analisados os relatórios de campo<sup>4</sup> produzidos mensalmente pela equipe de policiais do Projeto MLV, em razão da atividade da PPVD, entre os anos de 2016 e 2018. No referido período, foram registradas as considerações dos componentes sobre as atividades relacionadas à atuação militar em diálogo com o trabalho profissional das (os) assistentes sociais do citado município. Para este estudo, os registros mensais foram codificados da forma que, a começar pelo mês de maio de 2016, seja RM.1.2016, até o relatório relativo ao mês de dezembro de 2018, que representa o limite dos documentos analisados, ou seja, RM.31.2018.

Conforme Cellard (2008, p.295), o documento escrito constitui “fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais”. Portanto,

Os documentos devem ser vistos como uma forma de contextualização da informação. Em vez de usá-los como ‘contêineres de informação’, devem ser vistos e analisados como *dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos* na construção de versões sobre eventos (FLICK, 2009, p.234, grifos do autor).

Os relatórios analisados encontram-se armazenados por meio físico junto às pastas de trabalho da equipe MLV, e seu uso para fins de pesquisa foi autorizado pela chefia imediata dos militares envolvidos, devido associação com a atividade policial militar. Os citados documentos foram abordados sob a perspectiva feminista marxista<sup>5</sup>, por se tratar da corrente que melhor dialoga com a direção do Serviço Social, sendo também a que efetivamente contribui para as transformações sociais. Assim, a problematização sobre os desafios ao trabalho profissional associado às relações de gênero, compreendeu três dimensões

de análise: a) influência das concepções conservadoras; b) especificidades do trabalho profissional; c) perspectiva da intersectorialidade.

O presente artigo, além dessa introdução e das considerações finais, está estruturado sob o seguinte roteiro: 1) *A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, onde pretendemos situar o(a) leitor(a) sobre a construção da agenda e implementação da referida política; 2) *Breve histórico de subordinação da mulher e violência doméstica e familiar contra as mulheres*, no intuito de apontar elementos sociais e culturais que condicionam as relações entre gêneros; 3) *Serviço social e Gênero*, de forma a evidenciar o diálogo que envolve ambas categorias de análise, bem como, as limitações impostas ao trabalho profissional pela tríade “patriarcado – racismo – capitalismo”; e 4) *Serviço social e violência doméstica contra as mulheres: reflexões sobre os desafios do trabalho profissional no município de Teófilo Otoni – MG*, que apresenta contribuições à formulação de estratégias que deem conta da complexidade da temática. Os resultados da análise revelaram que o enfrentamento dessa modalidade de violência demanda estratégias específicas, dentre elas, a reorientação das concepções conservadoras associadas às relações de gênero arraigadas ao trabalho profissional, além do reconhecimento da urgência de articulação junto às distintas políticas sociais.

### **A Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**

O Enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres adentrou à agenda política como resultado da luta histórica do movimento feminista, especialmente a partir da década de 1970, quando as violências cotidianas em âmbito familiar começaram a se tornar públicas (MELO e THOMÉ, 2018).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (PNEVCM) foi instituída em 2011, no governo da presidenta Dilma Rousseff, estabelecendo “conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como, de

assistência e garantia de direitos das mulheres em situação de violência”. Subsidiada por legislação nacional e tratados internacionais com base nos direitos humanos, a PNEVCM está estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, construído por meio da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres de 2004. (BRASIL, 2011a, p.09). Como desdobramento da PNEVCM, foi instituído entre governo federal, estados e municípios, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, que prevê as ações e metas a serem implementadas no âmbito da Política Nacional e acompanha seus quatro eixos estruturantes: 1) enfrentamento e combate; 2) prevenção; 3) assistência; e 4) acesso e garantia de direitos das mulheres (BRASIL, 2011b). Para fazer frente à fragmentação dos serviços aliada às dificuldades de diálogo entre setores, instituições governamentais, não governamentais e sociedade civil é que a ideia de trabalho em rede ganhou força, buscando dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres. A rede de enfrentamento

[...] diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011c, p.7).

Portanto, o fenômeno requer um conjunto de ações e serviços que sejam capazes de desconstruir desigualdades, a partir do compartilhamento das responsabilidades entre os distintos setores, em especial, os diretamente envolvidos: saúde, segurança pública, justiça e assistência social.

Em 2006 foi promulgada a lei nº 11.340 pelo Congresso Nacional (BRASIL, 2006), conhecida como Lei “Maria da Penha” que foi um passo importante para o cumprimento das determinações da Convenção de Belém do Pará e da CEDAW, e do art 226 §8º da CF/88. A lei altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

## Breve histórico sobre a subordinação da mulher e a violência doméstica e familiar contra as mulheres

Na família patriarcal, fundada sob a autoridade absoluta do patriarca ou chefe de família, a figura do homem representava poder e a este eram concedidos todos os tipos de permissões, em nome de uma masculinidade hegemônica que impunha opressão e colocava o homem no topo hierárquico da estrutura de poder das relações sociais (ALMEIDA, 1996).

As relações desiguais de gênero mantiveram-se ao longo da história, mudando apenas o contexto e predominando o caráter de dominação da mulher pelo homem, chegando ao que encontramos hoje: uma sociedade que reflete o patriarcado<sup>6</sup> e que reproduz na dinâmica das relações modernas, os valores de uma cultura que é transmitida de pai para filho como se fosse um processo natural e não resultante histórico da construção das relações sociais. Tal naturalização evidencia como expressão da dominação: a violência doméstica contra as mulheres.

A legislação brasileira, por meio da Lei Maria da Penha, configurou a violência doméstica e familiar contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, art.5º). A norma enumera cinco modalidades de violência: a física, a psicológica, a sexual, a moral e a patrimonial. Infere-se que são várias as relações assinaladas pela Lei, mas, para fins deste estudo, levamos em consideração apenas os casos que envolvam relação íntima de afeto ou relação de conjugalidade.

Essa organização nos faz refletir sobre o princípio estruturador da sociedade atual. Quais fatores influenciam o sistema de dominação-exploração? Qual o peso que as diferenças raciais e/ou, de gênero e classe têm nesse sistema? Fato é que essas “modalidades” de dominação/exploração tornam mais complexa a percepção da dominação da mulher pelo homem, e divide a luta pela superação entre aqueles que

lutam pelo fim da desigualdade racial, pelo fim da desigualdade social e pelo fim da desigualdade de gênero separadamente, como se estes três fatores não fizessem parte do mesmo sistema. “Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão” (SAFFIOTI, 1995, p.3).

No fundo, a sociedade faz com os homens uma barganha: deixem-se explorar e lhes será oferecido o poder frente às mulheres. Aparentemente, esta transação faz um vitorioso – o homem – e uma vítima – a mulher. Na verdade, porém, os dois são vítimas, na medida em que a violência doméstica é autofágica, destruindo ou impedindo o nascimento da sociabilidade democrática no grupo familiar (SAFFIOTI, 1995, p.46).

A autora ainda defende que, é impossível afirmar de onde provém a discriminação, uma vez que ocorreu uma simbiose entre os três fatores – raça, gênero e classe – sob uma potencialização na seguinte ordem: mulher, pobre, negra; variando em razão de múltiplas determinações.

### **Serviço social e Gênero**

É consenso entre os estudiosos que o Serviço Social é reconhecido como uma profissão predominantemente feminina, o que torna a dimensão de gênero um dos componentes fundamentais da identidade profissional. Saffioti (2015) pondera que o conceito de gênero não se resume a uma categoria de análise, é também uma categoria histórica. “Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que delimitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (p.47). Assim,

O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. [...] torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres (SCOTT, 1995, p.75).

Tais concepções trazem estereótipos em relação aos papéis atribuíveis aos indivíduos a partir dos parâmetros femininos ou masculinos. Elementos que podem ser reproduzidos pelas (os) assistentes sociais durante suas intervenções.

[...] a assistência social foi se constituindo como um espaço de atuação feminina, inclusive como uma alternativa à vida doméstica/familiar, ao passo que se abria a possibilidade da profissionalização para as mulheres, por ser considerada uma extensão de seus papéis domésticos – ainda que também se constituísse com uma alternativa à vida apenas doméstica – e um cumprimento de seu papel na sociedade. Nesse sentido, a assistência social é construída como espaço ocupacional essencialmente feminino, absolutamente associada aos papéis conservadores de gênero cobrados da mulher, sendo, portanto, parte estruturante da divisão sexual do trabalho na sociedade patriarcal capitalista (CISNE, 2015, p.47).

O Serviço Social que à época de sua institucionalização, na década de 1930, não dispunha de bases sólidas no campo teórico para análise da profissão, intervinha junto aos problemas sociais a partir do olhar moralizador sobre as classes demandantes. A natureza atribuída ao trabalho profissional, trouxe importantes consequências à profissão, dentre as quais, a subalternidade diante das outras profissões, aliado à baixa remuneração, desprestígio social e lacunas quanto ao campo teórico. Dentre as temáticas negligenciadas, está a questão de gênero, bem como, a sua influência no trabalho profissional das(os) assistentes sociais, que não raro, são afetadas (a maioria feminina), por situações discriminatórias.

Safiotti (1987) revela que o “patriarcado – racismo – capitalismo”, são vertentes interconectadas de tal forma que na realidade concreta é impossível separá-las. Três sistemas que teriam se fundido com o advento do capitalismo tornando-se um único sistema de dominação-exploração que caracteriza as relações conflituosas de gênero.

Um dos fatores determinantes que marcaram a aproximação do Serviço Social com os estudos das relações de gênero foi a militância das mulheres à frente do movimento feminista brasileiro, que ganhou expressiva visibilidade na década de 1980. Embora o citado movimento englobe inúmeras correntes, neste estudo, norteamos-nos pela corrente feminista marxista, por ser a que melhor dialoga com a direção da profissão, sendo a que efetivamente contribui para as transformações sociais.

A tradição marxista e a luta de classe arrastaram mulheres para essa vertente. Ainda no século XIX, os escritos marxistas de Marx, Engels, Bebel, Lafargue, Lenin afirmavam que as mulheres são oprimidas durante a história. Essas análises do modo de produção capitalista mostravam que o capitalismo é organizado de forma a favorecer o domínio dos homens sobre as mulheres. Logo, a emancipação das mulheres só poderá acontecer com a mudança nas relações de produção, uma vez que, sob o capitalismo, elas estão estruturadas de forma a contar com o trabalho não assalariado das mulheres no lar para a reprodução da vida. [...] A subordinação feminina foi reconhecida por todos os grandes pensadores socialistas e faz parte do movimento revolucionário internacional (MELO e THOMÉ, 2018, p.24).

Nessa direção, o atual Código de Ética Profissional do Assistente Social, sinaliza: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL, 1993, p.24).

O documento que revelará o atual panorama do perfil dos profissionais do Serviço Social brasileiro encontra-se em fase de atualização pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), associado aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). A última pesquisa realizada sobre esta matéria data do ano de 2004, e foi conduzida pelo CFESS. Nela, foi possível verificar que o Serviço Social era composto

por 97% de mulheres. Dentre as(os) profissionais, quase 40% tinha entre 35 e 44 anos e 67,65% eram católicas (os). Sobre a pertença étnico-racial autodeclarada, 72,14% identificam-se como brancas (os) e 20,32% como pretas(os) / negras(os). Da totalidade das (os) profissionais, 95% declararam-se heterossexuais e 53% casadas (os). O vínculo de trabalho majoritário era com as instituições públicas (quase 80%), refletindo a “tendência histórica de inserção do Serviço Social na esfera pública estatal” (CFESS, 2005, p.26).

Como reflexo do processo de descentralização das políticas sociais no Brasil no pós Constituição Federal 1988, os municípios tornaram-se os principais empregadores dos profissionais de Serviço Social na maioria dos estados brasileiros.

Na arena conflituosa da contradição capital versus trabalho, o Serviço Social é chamado a intervir, tendo como principal empregador o Estado e, como objetivo central, o controle e a reprodução da força de trabalho, visando à conformação e ao enquadramento da classe trabalhadora à ordem do capital. (CISNE, 2015, p.37).

No campo da Assistência Social, a questão de gênero, e particularmente, da mulher, ainda é tratada de forma periférica, mesmo sendo uma categoria profissional predominantemente, composta por mulheres. A seguir, tratamos de apresentar algumas contribuições que conduzirão à reflexão sobre o Serviço Social diante dessa realidade.

### **Serviço social e a violência doméstica contra as mulheres: reflexões sobre os desafios do trabalho profissional no município de Teófilo Otoni - MG**

A invisibilização atribuída à questão da violência doméstica contra as mulheres pode estar associada ao processo de instauração do Serviço Social que, sob as bases da assistência social tradicional, relacionada à doutrina religiosa (Igreja Católica), consolidou o entendimento sobre as relações de gênero nitidamente incompatível com as análi-

ses, propostas e modelo defendido pelos movimentos de mulheres, especialmente de viés feminista (RODRIGUES, 2004).

Considerando que o Serviço Social constitui espaço estratégico para a construção e viabilização das políticas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres, delimitamos três dimensões de análise dos documentos capazes de apontar os principais desafios percebidos nos relatórios associados ao trabalho profissional frente ao fenômeno da violência doméstica contra as mulheres.

As especificidades que conformam o fazer profissional do Serviço Social conferem nesse contexto, um lugar estratégico a esses profissionais na implantação de uma política de prevenção e combate à violência contra a mulher. Em termos concretos, todavia, somente como exceção essas questões colocam-se como objeto de intervenção para o Assistente Social. Tendência que tem tido como principal consequência a não identificação dessas 'problemáticas' enquanto relacionadas às relações de gênero e no caso específico da violência contra a mulher, na invisibilização dessa queixa e por consequência, a inexistência de registros e procedimentos que articulem estratégias de prevenção e assistência à essas mulheres atendidas pelo Serviço Social (RODRIGUES, 2004, p.7).

Diante da exploração do mundo do trabalho, que alcança as mulheres de forma mais intensa, a disputa por outro projeto societário marca a trajetória do Serviço Social no sentido da mudança dessa realidade. Sem dúvida, as relações de gênero, imbricadas às dimensões de raça e classe são elementos estruturantes e ao mesmo tempo, antagônicos. Uma tríade que determina a exploração do trabalho por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho.

### **Caracterização das iniciativas: a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica (PPVD) e o Projeto Mulher Livre de Violência (MLV)**

A PPVD faz parte do Portfólio de serviços da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), sob a instrução nº 3. 03.15/2015. Em âmbito estadual,

foi implementada no ano de 2010 na capital mineira. Em Teófilo Otoni, município sede do 19º Batalhão e da 15ª Região de Polícia Militar (RPM), as atividades iniciaram-se no ano de 2013, integrando no mínimo, uma policial do gênero feminino (MINAS GERAIS, 2015). Em Teófilo Otoni, são registrados, diariamente, média de 3 ocorrências/registros, caracterizados como "violência doméstica contra a mulher". Por isso, durante três anos consecutivos (2016, 2017 e 2018), encontra-se com índices de registros desta natureza, acima da média estadual. (MINAS GERAIS, 2019).

Conforme Saffioti (2004, p.43), "Partindo da premissa, verdadeira, em qualquer parte do mundo em maior ou menor grau, de que uma pequena fração da violência cometida por homens contra mulheres chega às autoridades policiais, esta cifra é extraordinariamente alta". Isso indica que a demanda real dessas violências pode ser significativamente superior ao que é possível notificar atualmente.

Foi a partir da experiência do serviço da PPVD do 19º Batalhão de Teófilo Otoni que foi possível o entendimento que, ao profissional de segurança pública, a abordagem desse assunto exige bem mais do que o saber técnico. O serviço exige sensibilidade e compromisso com uma das causas mais debatidas no mundo, mas ao mesmo tempo, tão invisibilizada.

Assim, o projeto Mulher Livre de Violência criado em 2016, concorreu ao edital "Militar que eu quero ser" no mesmo ano, promovido pela Associação Feminina de Assistência Social e Cultura (AFAS), sendo contemplado naquela ocasião e, novamente, no ano de 2018. Seu objetivo inicial era difundir informações e apoiar articulação da rede de apoio às mulheres urbanas e rurais, por meio de palestras, oficinas e intervenções em outros municípios, alcançando direta e indiretamente, 6.000 pessoas no primeiro ano de atividades. Em 2018, o projeto foi reformulado, visando a prevenção criminal pela via do empoderamento feminino e autonomia econômica, com foco na igualdade de gênero. A equipe responsável pelo planejamento e execução das atividades é composta por policiais militares componentes da PPVD,

docentes, técnicos do Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar (GEPAF), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), discentes e voluntários de distintas áreas do saber.

Os relatórios analisados remetem ao contexto do município de Teófilo Otoni, localizado na região nordeste de Minas Gerais, considerado polo microrregional do Vale do Mucuri, composto por mais 26 municípios. Está distante 450km da capital mineira, sob área territorial de 3.242.270 km<sup>2</sup>, com população estimada de 140.235 hab. em 2018. Tal município possui Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0,701 e apresenta tímidas expressões culturais (IBGE, 2019). No que tange às políticas voltadas para mulheres, as iniciativas são pontuais e descontínuas. O Conselho Municipal de Direitos da Mulher foi criado no ano de 2018, e mantém atividades ainda inexpressivas (CRUZ e SANTOS, 2018).

### **Dimensões da análise**

#### **A influência das concepções conservadoras**

Diante da sociedade que produz e reproduz as dimensões estruturais do sistema que oprime e explora, principalmente as mulheres, lutar por outras mulheres torna-se difícil se estas também fazem parte desse universo de oprimidas e exploradas.

[...] a análise da exploração da mulher no mundo do trabalho não é uma questão de ordem linguística ou meramente gramatical. Ou seja, não se trata de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição da classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora, e que isso atende diretamente aos interesses dominantes (CISNE, 2018, p.224).

Segundo Cisne (2018), a luta pela emancipação das mulheres está associada à luta pela emancipação humana, o que não traduz uma questão isolada. Torna-se indispensável a compreensão da sociedade numa perspectiva de totalidade<sup>7</sup>, considerando que o reconhecimento

das particularidades da classe, que não é homogênea, é importante para manter a unidade que direciona as lutas.

Nesses moldes, um dos desafios percebidos nos relatórios diz respeito às (aos) profissionais do Serviço Social, que reproduzem as opressões sofridas, naturalizando tanto as próprias, quanto, resignificando as alheias. Somam-se às tensões provocadas pelas condições de trabalho, as tensões produzidas em razão da herança conservadora da profissão. As instituições religiosas do território foram os equipamentos mais citados como alternativa ao “apoio emocional” das mulheres em situação de violência. Nessa ótica, atuando nas lacunas deixadas pelo Estado, fomentando a ideia da mulher como pilar da união, que tem por dever sustentá-la, mesmo com o sacrifício de sua integridade física e/ou mental.

[...] em virtude da carência de políticas voltadas às mulheres, são as instituições religiosas, principalmente neopentecostais, que acolhem essas mulheres, prestando-lhes apoio. Sem amparo estatal, essas mulheres rendem-se às orientações que em regra, voltam-se à reprodução dos papéis atribuídos a homens e mulheres, desresponsabilizando o Estado e culpabilizando as mulheres. Pelo sentido das intervenções dos assistentes sociais, percebemos que estão exaustos pelo acúmulo de tarefas que exigem posturas diferenciadas em cada situação [...] (RM.7, 2016).

Percebe-se que, enquanto o Serviço Social busca uma direção que sinaliza a emancipação da mulher, outros segmentos, presentes no cotidiano das mulheres em situação de violência, assumem a direção contrária. São eles, a própria família e pessoas da comunidade em que vivem. Diante da resistência à questão da violência contra as mulheres, pelas chefias, geralmente homens, a ausência de recursos logísticos, a desarticulação da rede e a falta de estrutura física para referenciar a demandante, enfrentar as concepções conservadoras torna-se complexo, embora, necessário.

### As especificidades do trabalho profissional

Essas repercussões trouxeram um rol de preocupações, especialmente relacionada à forma interventiva das (os) assistentes sociais, que se encontra comprometida por uma série de fatores, dentre eles: os afazeres técnicos/mecânicos que consomem o elemento da “escuta qualificada”, a falta de orçamento que garantam a implementação de políticas, o desprestígio entre os profissionais dos campos de trabalho, resultando na desmotivação. As citadas questões são tensionadas pela ausência de fundamentação por parte das (os) assistentes sociais para enfrentar os problemas, que permeia a arena de disputa entre interesses administrativos do empregador e os demandantes dos serviços. Aspecto ainda mais complicado, se considerado o enfrentamento do fenômeno da violência doméstica, que se encontra naturalizada no seio da sociedade também pela postura assumida pelo Estado, que por muito tempo associou esta questão à vida privada, ou seja, à família.

A discussão sobre a condição do trabalho profissional das (os) assistentes sociais, não ganha espaço. Similarmente às usuárias por elas(es) atendidas, também estão submetidas às inúmeras violências, desde o ambiente doméstico (privado) até o ambiente do trabalho (público). Por vezes, não são ouvidas quando pontuam necessidade de mudança de rumo nas intervenções (RM. 15, 2017). Nesse contexto é que a autonomia relativa, pontuada por Raichelis (2011), vista por esta ótica, parece afetar principalmente as mulheres.

Diante das medidas de desresponsabilização do Estado, a política social posiciona-se focalizada na pobreza, desconsiderando suas causas estruturais, administrando-a. Assim, como um instrumento do Estado para manutenção da ordem e o controle das massas, a política social volta-se ao pobre focando nos mínimos para a sua sobrevivência. Enfrentar esta tendência com o cuidado de não reproduzir concepções conservadoras ao culpabilizar os sujeitos, é um dos grandes desafios dos profissionais do Serviço Social.

O perigo da culpabilização pode estar ancorada na lógica centrada na mercantilização (tríade: flexibilização, precarização e terceirização) das(os) assistentes sociais, onde a direção do trabalho e das(os) profissionais refletem a autonomia relativa que elas(es) dispõem em seus espaços interventivos, não raro, limitados pelas decisões do empregador. Uma condição que expõe os profissionais a salários diferentes de outros da equipe multiprofissional, desgaste e adoecimento físico e mental (RAICHELIS, 2011). Nesse sentido, o cotidiano confina, invade as vidas particulares e condiciona as pessoas a dar apenas um tipo de resposta (GUERRA, 2010). Segundo Pinheiro (2005), por mais que demonstrem intenção, as desgastantes tarefas cotidianas inviabilizam os estudos dos profissionais do Serviço Social, que deixam de escrever sobre suas experiências.

Embora considerado polo regional, no município de Teófilo Otoni, o Serviço Social faz-se presente na atuação diante da violação de direitos das mulheres apenas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social, o CREAS, que segundo apontam os relatórios, encontra-se sobrecarregado de demandas.

Assim, cabe-nos pontuar que, diante da carência de instituições ou serviços que acolham as mulheres e meninas em situação de violência doméstica, tanto em meio urbano, quanto rural, percebeu-se que as(os) assistentes sociais intervêm residualmente nos espaços do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), nas unidades de saúde, judiciário, sistema prisional, no centro de apoio à população em situação de rua e nos centros de atenção psicossocial.

Os atendimentos tornam-se paliativos, visto que inexistem um acordo interinstitucional que normatize o fluxo de atendimento ou a forma de abordagem. Não raro, traduzindo a revitimização das mulheres, pois são induzidas a reviver o fato violento quando se faz necessário relatar o acontecido por diversas vezes e a pessoas diferentes. Fator que segue alinhado à insensibilidade dos profissionais imersos em atividades

burocráticas, sob contratos precários de trabalho, com limitados recursos logísticos e frequentemente, inviabilizados de realizarem o acompanhamento de usuárias referenciadas por outros profissionais da rede (RM.23, 2018).

As informações contidas nos relatórios deram conta de que, apesar do setor da Assistência Social constituir-se uma das portas de entrada das mulheres (BRASIL, 2011a), os serviços não dão conta de atendê-las de forma integral. De um lado, pela natureza da abordagem que demanda profissionais minimamente capacitados, por outro, pela apreensão das (os) profissionais, que, enquanto sujeitos (as), dispõem de concepções de mundo, que por vezes, tendem a fomentar a naturalização da violência, evocando fundamentações religiosas para explicar as múltiplas relações conflituosas de gênero.

### **A perspectiva da intersectorialidade**

A situação de violência doméstica contra as mulheres exige das (os) assistentes sociais habilidades que precisam ser aperfeiçoadas continuamente, além da capacidade de diálogo com setores e instituições distintas. Geralmente, esta articulação fica por conta dos gestores dos serviços públicos, que nem sempre, são assistentes sociais ou tiveram formação para atuar com a referida demanda. “O grande desafio no enfrentamento da violência contra a mulher é a efetivação de uma rede de serviços que agregue os diferentes programas e projetos, consolidando uma política social de atendimento” (LISBOA e PINHEIRO, 2005, p.202).

Diante da retração governamental que espolia as(os) trabalhadoras(es), parecem-nos pertinentes as alianças profissionais em rede, de modo que as (os) assistentes sociais tenham oportunidade de aproximarem-se da dimensão técnico-operativa exigida para o enfrentamento do fenômeno da violência contra as mulheres. E, paulatinamente, moldadas sob a matriz feminista marxista, possam surgir novas concepções, alinhadas à luta pela emancipação das mulheres,

uma vez que tal esforço caminha na direção do Projeto Ético-Político do Serviço social, na constante luta da categoria pela emancipação humana (CISNE, 2015). Uma vez que as concepções da sociedade alcançam os profissionais de distintos setores públicos, inequívoco considerar que as relações conflituosas de gênero, ancoradas no patriarcado, também estão naturalizadas, sendo conciliadas por mediadores, à medida que são identificadas. O silenciamento diante das opressões é consensualmente tolerado, a despeito da atribuição do assistente social que exige um profissional que enfrente os problemas e lute pela garantia dos direitos de outras pessoas.

Iniciativas para articulação da rede de atendimento foram criadas, reuniões realizadas, mas, não chegaram a mobilizar os assistentes sociais locais. Há relevantes dificuldades de diálogo intersetorial, que evidenciam a reprodução das relações estereotipadas, impossibilitando o enfrentamento da violência a partir do acesso das mulheres aos serviços, que tendem a negligenciar os casos. Em regra, relacionadas às mulheres pobres e negras. Dessa forma, a rede de atendimento evidencia-se falha e inconclusa, permeada por interferências do subjetivo de cada gestor, o que singulariza cada contexto. Ademais, as tarefas cotidianas têm apropriado do tempo útil das (dos) profissionais da assistência social, dificultando a busca e proposição do fluxo de atendimento intersetorial, tornando difícil a análise sobre aquela realidade violenta, atribuindo às mulheres usuárias, a condição de invisibilidade.

### **Considerações Finais**

Percebeu-se que as informações contidas nos documentos refletem a necessidade de superação das iniciativas isoladas, assim como, o fomento das intervenções propositivas por parte das (os) profissionais de Serviço Social, que não traduzam a inércia, tampouco, à tomada da total responsabilidade pela resolução dos problemas. No contexto analisado, um dos desafios das (os) assistentes sociais que atuam na ponta dos sistemas parece ser reconhecer seu cotidiano de trabalho

enquanto espaço privilegiado para construção de estratégias compartilhadas com outros atores, numa perspectiva intersetorial, interinstitucional e interdisciplinar. Absorvidos pelas demandas técnico/mecânicas e considerando a particularidade do território, especialmente a partir do seu histórico sociocultural, o enfrentamento das violências contra as mulheres parece-nos um imenso desafio.

Nesse cenário, a reprodução dos estereótipos de gênero, raça e classe materializam-se quando as meninas ou mulheres em situação de violência têm seus direitos violados, por inércia institucional, e acabam retornando, principalmente, ao CREAS ou CRAS. Deste modo, notou-se que quando as mulheres em situação de violência estão diante de profissionais do gênero masculino, se inibem. Não confiam no servidor e temem que ele possa favorecer seu algoz. Percebeu-se que este comportamento denota o quanto importa que se sintam seguras e o quanto o descrédito nos instrumentos estatais é reforçado pelo imbricamento da tríade – patriarcado – racismo – capitalismo.

Assim como nos parece equivocado a interpretação da realidade social baseada tão somente, no sujeito (TORRAINE, 1994), acreditamos que a perspectiva da totalidade é o que nos permite compreender as relações sociais. E é com o olhar de totalidade que a (o) profissional do Serviço social descobre-se sujeito da ação, ciente da arena de disputas entre as classes, das opressões e explorações sofridas pelos trabalhadores. E é também nesse contexto que, enquanto sujeito, também se reconhece oprimido e explorado enquanto trabalhador (a).

Conclui-se, portanto, que os principais desafios associados ao trabalho profissional do Serviço Social a partir da experiência registrada em relatórios de campo da equipe MLV da PPVD de Teófilo Otoni, dizem respeito à: a) *influência das concepções conservadoras a respeito das relações de gênero*, que favorece a naturalização da violência, promovendo a invisibilização, revitimização e culpabilização das mulheres, agravado pela falta de clareza pelas(os) profissionais sobre a intervenção requerida; b) *especificidade do trabalho*

*profissional*, que encontra-se precarizado, ao passo que dispõe de número insuficiente de profissionais, o que resulta no cansaço físico e mental das(os) trabalhadores do Serviço Social, repercutindo na prestação de serviço por alguém desmotivado; por fim, c) *perspectiva da intersectorialidade*, que evidenciou a dificuldade para a efetivação do trabalho em rede que reflete a falta de diálogo e o aparente desinteresse dos gestores públicos diante da urgência do fenômeno da violência doméstica contra as mulheres.

## Referências

- ALMEIDA, A.M. *Mães, esposas, concubinas e prostitutas*. Seropédica: EDUR, 1996. 86p.
- BRASIL. *Lei 11340*, de 7 de agosto de 2006. Brasília, 2006.
- BRASIL. *Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres*. Brasília. Secretaria de Política para as Mulheres, 2011b.
- BRASIL. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília. Secretaria de Política para as Mulheres, 2011a.
- BRASIL. *Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília. Secretaria de Política para as Mulheres, 2011c.
- CELLARD, A. *Análise documental*. In: *A pesquisa qualitativa*. Enfoques epistemológicos e metodológicos. POUPART, J. et al. Petrópolis: Vozes, pp 295-316. 2008.
- CFESS. Conselho Federal de Serviços Social. *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes... [et al.]*.-- Brasília: CFESS, 2005.
- CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n.132, p.211 – 230, maio/ago. 2018.
- CISNE, M.. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. 2.ed., São Paulo: Outras Expressões, 2015, 152p.
- CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. Conselho Federal de Assistentes Sociais (Lei nº 8662/93). Março de 1993.

CRUZ, J. L.; SANTOS, J. L. *Violência doméstica contra mulheres: da realidade silenciada à costura da rede*. In: *Mulheres na sociedade: desafios para a visibilidade feminina*. CARVALHO, Daniela T.P; SILVA, Elisa T; SANTOS, Poliana.P. [Orgs.] – Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018, p.241 – 269.

FLICK, U. *Utilização de documentos como dados*. In: *Introdução à pesquisa qualitativa*. FLICK, U. Porto Alegre: Artmed Bookman, pp.230–237. 2009.

GUERRA, Y. A. D. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *Serviço Social & Sociedade*, v. 104, p. 715–736, 2010.

IBGE. *Cidades*. Teófilo Otoni. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/teofilo-otoni/panorama>. Acesso em 10/05/2019.

LISBOA, T.K.; PINHEIRO, E.A. A intervenção do Serviço Social junto à questão da Violência Contra as mulheres. *Katálisis*, Florianópolis, v.8, n.2, p.199 – 210, jul/dez. 2005.

MELO, H.P.; THOMÉ, D. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 192 p.

MERHY, E.E. *O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido*. In: FRANCO. T.B. et al. *Acolher Chapecó: uma experiência de mudança com base no processo de trabalho*. São Paulo: Hucitec, 2004. p.21-45.

MINAS GERAIS. *Diagnóstico de violência doméstica e familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais*. CINDS. 2019.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. *Instrução nº3.03.15/2015-CG*: Regula a atuação Policial Militar na prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra mulheres no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: PMMG –Comando-Geral, 2015.

MINAS GERAIS. *Territórios da cidadania* – disponível em: [http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/valedomucuring/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/valedomucuring/one-community?page_num=0) Acesso em 11/09/2018.

PINHEIRO, E.A. *O Serviço Social e sua interlocução com a questão da violência contra a mulher*. In: *Serviço Social e Violência contra a Mulher: questões para o debate*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC. 2005, 111p.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n 107, p. 420 – 437, jul./ set. 2011.

RM. *Relatório mensal*. Projeto Mulher Livre de Violência. Abril – nº23. Teófilo Otoni – MG. 2018.

RM. *Relatório mensal*. Projeto Mulher Livre de Violência. Agosto – nº15. Teófilo Otoni – MG. 2017.

RM. *Relatório mensal*. Projeto Mulher Livre de Violência. Novembro – nº07. Teófilo Otoni – MG. 2016.

RODRIGUES, M.T. *Serviço Social, Gênero e Violência*. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília. 2004. Disponível em: [www.ts.ucr.ac.cr](http://www.ts.ucr.ac.cr) Acesso em: 11jun19.

SAFFIOTI, H. I. B. *O Poder do Macho*. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. *Violência de gênero: poder e impotência*. 1. Ed. Rio de Janeiro. Revinter. 1995.

SAFIOTTI, H. I. B. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: v.2. n.20, p.71 – 99, 1995. Jul/dez.

TORRAINE, A. *Crítica da Modernidade*. Tradução Elia Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 431p.

## Notas

- 1 Este artigo é fruto das problematizações da tese e trabalho final da disciplina Serviço Social, Processo de Trabalho e Política Social, ministrada pelo Prof. Dr. Carlos Moraes, no âmbito do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Brasil.
- 2 Doutoranda em Política Social – UFF. Cabo da Polícia Militar de Minas Gerais. Apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. ORCID: 0000-0001-5438-102X. E-mail: [julianalemes@id.uff.br](mailto:julianalemes@id.uff.br).
- 3 “[...] o sujeito implicado na construção de um conhecer militante carrega, mais do que uma teoria, uma caixa de ferramentas cheia de ‘conceitos’ e ‘esquemas explicativos’, que podem lhe abrir várias possibilidades de significar e ressignificar a si mesmo como sujeito da e em ação, que fazem ou não sentido para si”. (MERHY, 2004, p.43).

- 4 Dados primários de natureza administrativa do Projeto MLV, produzidos pela equipe PPVD do Núcleo de Prevenção Ativa do 19º Batalhão da 15ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais em parceria do Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Utilizados para controle da equipe e acompanhamento das mulheres em situação de violência que também demandaram a intervenção do Serviço Social em outra instituição.
- 5 Relaciona-se à emancipação das mulheres pela via da mudança nas relações de produção (MELO e THOMÉ, 2018).
- 6 [...] regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2015, p.47).
- 7 Segundo Cisne (2018, p.214), a perspectiva de totalidade, juntamente com as categorias: teoria do valor trabalho, consciência e luta de classes e perspectiva da revolução, faz parte do patrimônio categorial da tradição marxista, constituído na direção metodológica do materialismo histórico dialético, o que permite a análise crítica das relações sociais.

